MOORE

RTA-038-2020

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores Independentes

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-038-2020

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2020.

À
Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa
Itaí SP

Atenção do Senhor **Hugo Ferraz da Silveira**
Diretor Presidente

Prezados Senhores:

Estamos encaminhando as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores

Hildebrando Camargo
Diretor

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações do resultado (sobras ou perdas) 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 9

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Financeiras

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa
Itaí SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 31 de janeiro de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Hildebrando Camargo
CRC 1SP192229/O-8

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante		**385.175.442**	**371.968.676**
Disponibilidades	**3**	10.474.300	4.403.501
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**4**	62.651.592	75.761.390
Títulos e valores mobiliários	**5**	98.313.416	102.002.304
Relações interfinanceiras	**6**	13.380.149	12.956.325
Operações de crédito	**7**	196.049.600	172.978.933
Outros créditos	**8**	1.724.530	866.502
Outros valores e bens	**9**	2.581.855	2.999.721
Não circulante		**87.874.127**	**75.230.299**
Realizável a longo prazo			
Operações de crédito	**7**	77.762.240	51.812.432
Outros créditos	**8**	1.242.858	15.989.064
Investimentos	**10**	4.020.266	3.405.635
Imobilizado de uso	**11**	4.769.754	3.898.961
Intangível		79.009	124.207
Total do ativo		**473.049.569**	**447.198.975**

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante		**394.876.137**	**369.040.439**
Depósitos	**12**	278.117.689	249.223.524
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	**13**	49.392.371	40.040.218
Obrigações por empréstimos e repasses	**14**	54.028.277	68.820.609
Relações de interdependências		5.036.091	352
Outras obrigações	**15**	8.301.709	10.955.736
Não circulante		**7.135.037**	**20.720.781**
Exigível a longo prazo			
Obrigações por empréstimos e repasses	**14**	5.640.349	4.516.890
Outras obrigações	**15**	1.494.688	16.203.891
Patrimônio líquido	**16**	**71.038.395**	**57.437.755**
Capital social		36.642.548	31.547.897
Reserva legal		31.301.641	19.029.075
Reserva estatutária		-	356.793
Sobras acumuladas		3.094.206	6.503.990
Total do passivo e patrimônio líquido		**473.049.569**	**447.198.975**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	Nota	2019	2018
Ingressos da intermediação financeira		**57.967.007**	**49.093.490**
Operações de crédito		46.580.031	36.397.643
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**4**	4.176.910	4.218.760
Títulos e valores mobiliários	**5**	6.294.126	7.544.563
Ingressos de depósitos intercooperativos	**6**	915.940	932.524
Dispêndios da intermediação financeira		**(27.380.737)**	**(22.330.871)**
Operações de captação no mercado		(13.570.042)	(13.181.782)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(4.572.142)	(4.595.667)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	**7d**	(8.716.228)	(4.315.986)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(522.325)	(237.436)
Resultado bruto da intermediação financeira		**30.586.270**	**26.762.619**
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		**(16.375.145)**	**(15.922.230)**
Ingressos de prestação de serviços		13.640.078	10.239.288
Dispêndios de pessoal e honorários	**17**	(20.096.460)	(16.298.532)
Dispêndios administrativos	**18**	(18.900.912)	(13.700.930)
Outros dispêndios operacionais	**19**	(4.077.506)	(1.490.667)
Outros ingressos operacionais	**20**	13.059.655	5.328.611
Resultado operacional		**14.211.125**	**10.840.389**
Resultado não operacional		(1.172.342)	3.432
Resultado antes da tributação		**13.038.783**	**10.843.821**
Imposto de renda e contribuição social		(661.958)	(681.337)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		**12.376.825**	**10.162.484**
Juros sobre capital		1.617.924	-
Sobra líquida do exercício		**13.994.749**	**10.162.484**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**26.808.957**	**15.980.330**	**255.168**	**5.662.870**	**48.707.325**
Incorporação de sobras ao capital	4.554.239	-	-	(4.554.239)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	(1.108.631)	(1.108.631)
Integralizações de capital	2.771.812	-	-	-	2.771.812
Baixas de capital	(2.587.111)	-	-	-	(2.587.111)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	10.162.484	10.162.484
Reserva legal	-	3.048.745	-	(3.048.745)	-
Reserva estatutária	-	-	101.625	(101.625)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	-	(508.124)	(508.124)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**31.547.897**	**19.029.075**	**356.793**	**6.503.990**	**57.437.755**
Incorporação de sobras ao capital e reserva	3.251.995	3.251.995	-	(6.503.990)	-
Transferência de reserva	-	356.793	(356.793)	-	-
Integralizações de capital	1.925.245	-	-	-	1.925.245
Baixas de capital	(1.668.861)	-	-	-	(1.668.861)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	13.994.749	13.994.749
Juros sobre o capital próprio	1.617.924	-	-	(1.617.924)	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(31.652)	-	-	-	(31.652)
Reserva legal	-	8.663.778	-	(8.663.778)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	-	(618.841)	(618.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**36.642.548**	**31.301.641**	**-**	**3.094.206**	**71.038.395**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	2019	2018
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas das atividades operacionais	**(7.013.814)**	**13.609.476**
Sobra ajustada do exercício	24.214.168	15.426.020
Sobra líquida do exercício	13.994.749	10.162.484
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.716.228	4.315.986
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	522.325	237.436
Depreciações e amortizações	885.922	705.962
Residual de baixas do imobilizado de uso	94.944	4.152
(Aumento) nos ativos	(42.859.095)	(87.907.721)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.109.798	(30.758.106)
Títulos e valores mobiliários	(12.015.909)	31.741.082
Operações de crédito	(57.736.703)	(85.965.707)
Outros créditos e outros valores e bens	13.783.719	(2.924.990)
Aumento nos passivos	11.631.113	86.091.177
Depósitos, recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	38.246.318	62.482.562
Obrigações por empréstimos e repasses	(13.668.873)	21.235.015
Relações de interdependências	5.035.739	352
Outras obrigações	(17.982.071)	2.373.248
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(2.421.092)**	**(2.320.223)**
Aumento de investimentos	(614.631)	(159.632)
Aquisições de imobilizado de uso	(1.806.461)	(2.098.691)
Aquisições do intangível	-	(61.900)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**224.732**	**(923.930)**
Distribuição de sobras	-	(1.108.631)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(31.652)	-
Integralizações de capital	1.925.245	2.771.812
Baixas de capital	(1.668.861)	(2.587.111)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(9.210.174)**	**10.365.323**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.314.881	22.949.558
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**24.104.707**	**33.314.881**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Crediceripa – Sicoob Crediceripa é uma cooperativa singular, instituição financeira não bancária, sociedade de pessoas, de responsabilidade limitada, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência, que visa à prestação de assistência financeira aos associados em suas atividades específicas. Ainda, visa a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado de crédito. A Sicoob Crediceripa tem sede em Itaí SP, sendo sua área de ação nos municípios de Águas de Santa Barbará, Alambarí, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bragança Paulista, Bofete, Boituva, Buri, Campina do Monte Alegre, Campinas, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Guarei, Ibiúna, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Itatiba, Itatinga, Itupeva, Jundiaí, Laranjal Paulista, Mogi Mirim, Paranapanema, Pardinho, Paulínia, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba, Sumaré, Taguaí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra e Votorantim no Estado de São Paulo e, Castro, Jacarezinho, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, no Estado do Paraná.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realização em 13 de novembro de 2019, foi aprovada a reforma do estatuto contemplando a ampliação da área de ação, conforme plano de expansão, autorizado pelo Banco Central do Brasil. O estatuto atualizado encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 31 de janeiro de 2020.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

c.1 Apuração dos sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

c.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, títulos e valores mobiliários livres, relações interfinanceiras, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (nota 3).

c.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras - ativo

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN n° 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

c.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1.999 do BACEN, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

c.6 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração, quando depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

c.7 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

c.8 Imobilizado de uso

Terrenos, edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, e sistema de transporte são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 11. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em receitas não operacionais, líquidas.

c.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c.10 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

c.11 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos sob aviso e a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

c.12 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Representados por títulos emitidos por instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio, demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

c.13 Obrigações por empréstimos e repasses

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço.

c.14 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

c.15 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

c.16 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

c.17 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante supera o ativo circulante em R$ 9.700.695. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R$ 71.870.061. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R$ 62.169.366.

c.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, quando for o caso, e para a contribuição social – 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

c.19 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	10.474.300	4.403.501
Títulos e valores mobiliários – livres	250.258	15.955.055
Relações interfinanceiras	13.380.149	12.956.325
	24.104.707	**33.314.881**

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários (nota 5) e as relações interfinanceiras (nota 6) são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008 do BACEN.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2019	2018
Bancoob	DI Longo Pós CDI - vinculados	**62.651.592**	**75.761.390**

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, efetuadas no BANCOOB, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. As aplicações intefinanceiras de liquidez garantem as operações de repasse junto ao Bancoob.

Foi registrado no exercício de 2019, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R$ 4.176.910 (R$ 4.218.760 em 2018).

5 Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2019	2018
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - vinculados	5.000.000	86.047.249
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - livres (após 90 dias)	93.063.158	-
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - livres (até 90 dias)	250.258	15.955.055
		98.313.416	**102.002.304**

Essas aplicações são remuneradas às taxas de 99% e 100% CDI (CETIP – B3). As operações estão custodiadas, substancialmente, em bancos ligados ao Sistema Sicoob.

No exercício de 2019 foi registrado no resultado, em ingressos da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R$ 6.294.126 (R$ 7.544.563 em 2018).

6 Relações interfinanceiras

Em dezembro de 2019, o saldo é de R$ 13.380.149 (R$ 12.956.325 em 2018).

A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício de 2019 foram registrados no resultado rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos, no montante de R$ 915.940 (R$ 932.524 em 2018).

7 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

	2019			2018		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Adiantamento a depositantes	244.079	-	244.079	133.255	-	133.255
Cheque especial e conta garantida	9.315.124	-	9.315.124	6.767.066	-	6.767.066
Empréstimos e títulos descontados	101.574.674	52.808.794	154.383.468	77.867.293	33.088.851	110.956.144
Financiamentos	7.656.943	11.968.875	19.625.818	4.865.201	7.863.868	12.729.069
Financiamentos rurais: próprios e repasses	81.922.692	15.933.938	97.856.630	86.965.057	13.693.270	100.658.327
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(4.663.912)	(2.949.367)	(7.613.279)	(3.618.939)	(2.833.557)	(6.452.496)
	196.049.600	**77.762.240**	**273.811.840**	**172.978.933**	**51.812.432**	**224.791.365**

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de		2019			2018		
risco	**Provisão %**	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total**	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total**
A	0,5	-	159.165.234	159.165.234	-	148.435.029	148.435.029
B	1	625.364	84.292.873	84.918.237	162.251	65.690.572	65.852.823
C	3	353.046	25.386.164	25.739.210	304.637	7.668.342	7.972.979
D	10	718.447	4.098.298	4.816.745	878.437	2.922.782	3.801.219
E	30	877.457	810.196	1.687.653	238.842	435.675	674.517
F	50	965.584	414.894	1.380.478	265.839	226.742	492.581
G	70	499.474	166.129	665.603	75.950	26.983	102.933
H	100	1.694.215	1.357.744	3.051.959	2.779.561	1.132.219	3.911.780
		5.733.587	**275.691.532**	**281.425.119**	**4.705.517**	**226.538.344**	**231.243.861**

c Composição por prazo de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	2019 Total
Empréstimos, Títulos descontados, Cheque especial, Conta garantida e Adiantamento a depositantes	62.523.110	48.610.767	52.808.794	163.942.671
Financiamentos	2.040.198	5.616.745	11.968.875	19.625.818
Financiamentos rurais: próprios e repasses	18.190.153	63.732.539	15.933.938	97.856.630
	82.753.461	**117.960.051**	**80.711.607**	**281.425.119**

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	2018 Total
Empréstimos, Títulos descontados, Cheque especial, Conta garantida e Adiantamento a depositantes	50.765.012	34.002.602	33.088.851	117.856.465
Financiamentos	1.343.572	3.521.629	7.863.868	12.729.069
Financiamentos rurais: próprios e repasses	17.998.302	68.966.755	13.693.270	100.658.327
	70.106.886	**106.490.986**	**54.645.989**	**231.243.861**

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo inicial	**(6.452.496)**	**(6.902.387)**
Créditos baixados para prejuízo	3.097.147	3.876.123
Constituição da provisão	(8.716.228)	(4.315.986)
Revisão de provisão (nota 20)	4.458.298	889.754
Saldo final	**(7.613.279)**	**(6.452.496)**

e **Créditos baixados como prejuízo**

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2019, os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R$ 24.657.027 (R$ 24.970.054 em 2018), e em sua maioria encontram-se em processo de cobrança judicial. Em 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 3.334.491 (R$ 1.643.152 em 2018), registrados em outros ingressos operacionais no exercício da recuperação (nota 20).

8 Outros créditos

	2019			2018		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Avais e fianças honrados	181.483	-	181.483	51.487	-	51.487
Rendas a receber	55.476	-	55.476	81.391	-	81.391
Títulos e créditos a receber	622.967	-	622.967	535.095	-	535.095
Impostos e contribuições a compensar	376.264	-	376.264	2.282	-	2.282
Devedores diversos - País	488.340	-	488.340	196.247	-	196.247
Devedores por depósitos em garantia (nota 15((a)(i))	-	1.242.858	1.242.858	-	15.989.064	15.989.064
	1.724.530	**1.242.858**	**2.967.388**	**866.502**	**15.989.064**	**16.855.566**

9 Outros valores e bens

Descrição	2019	2018
Bens não de uso próprio **(i)**	3.300.916	2.876.894
Provisão para desvalorização **(i)**	(831.139)	-
Despesas antecipadas	112.078	122.827
	2.581.855	**2.999.721**

(i) Refere-se a imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Referidos bens são destinados à venda e deduzidos pela provisão para desvalorização, quando identificada.

10 Investimentos

Descrição	2019	2018
Sicoob São Paulo (nota 25)	**4.020.266**	**3.405.635**

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social na Sicoob São Paulo em R$ 614.631 (R$ 159.632 em 2018).

11 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2019 Líquido	2018 Líquido
Terrenos	-	776.000	-	776.000	776.000
Edificações	4%	409.911	(163.372)	246.539	262.937
Instalações	10%	576.255	(345.824)	230.431	254.856
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.940.426	(694.927)	1.245.499	850.616
Sistema de processamento de dados	20%	4.001.786	(2.270.303)	1.731.483	1.420.216
Sistema de vigilância	10%	802.907	(414.021)	388.886	329.431
Sistema de transporte	20%	44.147	(44.147)	-	4.905
Imobilizado em andamento	-	150.916	-	150.916	-
		8.702.348	**(3.932.594)**	**4.769.754**	**3.898.961**

b Movimentação do imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**5.007.574**	**(2.580.745)**	**2.426.829**
Adições	2.098.691	(622.407)	1.476.284
Baixas	(9.344)	5.192	(4.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**7.096.921**	**(3.197.960)**	**3.898.961**
Adições	1.806.461	(840.724)	965.737
Baixas	(201.034)	106.090	(94.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**8.702.348**	**(3.932.594)**	**4.769.754**

12 Depósitos

Descrição	2019	2018
Depósitos à vista	75.623.254	56.700.315
Depósitos sob aviso **(i)**	643.288	950.088
Depósitos a prazo **(ii)**	201.851.147	191.573.121
	278.117.689	**249.223.524**

(i) Os depósitos sob aviso são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e tem exigibilidade imediata. Conforme Resolução CMN nº 3.454/2007, essa modalidade pode ser mantida até o seu resgate total, sendo vedada nova contratação a partir de 31 de dezembro de 2007.

(ii) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Nos exercícios de 2019 e de 2018, os rendimentos dos depósitos sob aviso e a prazo foram registrados no resultado em operações de captação no mercado.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013 do BACEN.

13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Descrição	2019	2018
Letras de crédito do agronegócio - LCA	49.392.371	40.040.218
	49.392.371	**40.040.218**

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidos pelo Cooperativa, com garantia em direitos creditórios do agronegócio, são renumerados pelos encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI – Certificado de Depósitos interbancários.

Criados pela Lei nº 11.076/2004, esses papéis tem como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e carência mínima de 90 dias conforme artigo 5º da Resolução nº 4.410/2015, e a partir de 23 de maio de 2013, as Letras de Créditos do Agronegócio são cobertas pelo FGCoop, com limite de até R$ 250 mil por investidor. No exercício de 2019 e 2018, os rendimentos das LCA´s foram registrados no resultado em operações de captação no mercado.

14 Obrigações por empréstimos e repasses

a Composição do saldo

			2019			2018		
Finalidade	**Encargos financeiros**	**Vencimento final**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Poupança	De 6,00% a 8,50% a. a.	21/12/2020	43.528.195	-	43.528.195	34.585.832	2.992.898	37.578.730
Recursos obrigatórios	De 6,50% a 9,50% a. a.	-	-	-	-	17.580.518	859.014	18.439.532
Recursos próprios livres	De 7,00% a 8,50% a. a.	30/09/2024	1.519.346	5.532.191	7.051.537	11.191.266	545.832	11.737.098
Pronamp	6,00% a. a.	25/11/2020	7.905.820	-	7.905.820	4.503.803	100.753	4.604.556
Pronaf	De 3,00% a 4,60% a. a.	25/11/2020	720.924	-	720.924	727.191	18.393	745.584
Crédito rural	9,50% a. a.	23/06/2021	-	108.158	108.158	231.999	-	231.999
Recursos direcionados LCA	8,50% a. a.	17/02/2020	353.992	-	353.992	-	-	-
			54.028.277	**5.640.349**	**59.668.626**	**68.820.609**	**4.516.890**	**73.337.499**

Essas operações são captadas junto ao sistema cooperativo, com garantias de notas promissórias, avais e penhores cedulares.

b Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	**2019**	**2018**
2020	-	2.298.891
2021	2.468.836	470.976
2022	538.344	717.366
2023	1.600.038	1.029.657
2024	1.033.131	-
	5.640.349	**4.516.890**

15 Outras obrigações

	2019			2018		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (IOF)	66.598	-	66.598	78.224	-	78.224
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social **(i)**	619.221	-	619.221	510.590	-	510.590
Cotas de capital a pagar	291.756	-	291.756	401.410	-	401.410
Provisão para participação nas sobras e gratificações	1.493.511	-	1.493.511	943.624	-	943.624
	2.404.488	-	2.404.488	1.855.624	-	1.855.624
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	770.414	-	770.414	698.518	-	698.518
Diversas:						
Cheques administrativos	-	-	-	4.871.305	-	4.871.305
Obrigações por aquisições de bens e direitos	265.419	-	265.419	161.197	-	161.197
Provisão para pagamentos a efetuar	3.351.750	-	3.351.750	1.971.038	-	1.971.038
Provisão para passivos contingentes **(a)**	-	1.494.688	1.494.688	-	16.203.891	16.203.891
Provisão para garantias prestadas	281.078	-	281.078	165.702	-	165.702
Credores diversos no país	1.161.962	-	1.161.962	1.154.128	-	1.154.128
	5.060.209	1.494.688	6.554.897	8.323.370	16.203.891	24.527.261
	8.301.709	**1.494.688**	**9.796.397**	**10.955.736**	**16.203.891**	**27.159.627**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 16 (b) (iv)).

a Composição da provisão para passivos contingentes e dos depósitos em garantia

	2019		2018	
Descrição	**Provisão**	**Devedores por depósito em garantias**	**Provisão**	**Devedores por depósito em garantias**
COFINS **(i)**	1.242.858	1.242.858	981.717	981.717
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras **(i)**	-	-	15.007.347	15.007.347
Cível **(ii)**	251.830	-	-	-
Trabalhistas **(iii)**	-	-	214.827	-
	1.494.688	**1.242.858**	**16.203.891**	**15.989.064**

(i) Foram constituídas provisões nos montantes de R$ 1.494.688 e R$ 15.989.064 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, para fazer face a eventuais perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal em sociedades cooperativas. Existem depósitos judiciais nos montantes de R$ 1.242.858 e R$ e R$ 15.989.064 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, suportando as demandas em andamento. A discussão tributária relativa ao IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras teve decisão desfavorável à Cooperativa, onde o levantamento dos depósitos foi efetuado pela União, com a respectiva baixa da provisão.

(ii) Refere-se a três ações cíveis classificadas pelos assessores jurídicos como perda provável. Referida provisão não está coberta por depósitos judiciais.

(iii) Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, não registrar a provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores envolvidos.

b Movimentação da provisão para passivos contingentes nos exercícios

	Cofins	IRRF	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**812.980**	**12.987.920**	**-**	**535.125**	**14.336.025**
Constituição	168.737	2.019.427	-	174.000	2.362.164
Reversão	-	-	-	(494.298)	(494.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**981.717**	**15.007.347**	**-**	**214.827**	**16.203.891**
Constituição	261.141	-	251.830	-	512.971
Reversão	-	(15.007.347)	-	(214.827)	(15.222.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.242.858**	**-**	**251.830**	**-**	**1.494.688**

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como, as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante os prazos prescricionais variados, conforme legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

16 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 16.503 e 12.798 cooperados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

A Cooperativa, conforme Capítulo II, artigo 21 do seu Estatuto Social, poderá pagar aos cooperados juros sobre o capital social, limitado a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais. No exercício de 2019, a Cooperativa remunerou seus cooperados em R$ 1.586.272, líquido de IRRF.

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 1.925.245 (R$ 2.771.812 em 2018), com recursos provenientes dos cooperados, e também ocorreram baixas em 2019, no montante de R$ 1.668.861 (R$ 2.587.111 em 2018), proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R$ 36.642.548 e de R$ 31.547.897 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2019 e 2018, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2019	2018
Sobras líquidas do exercício	13.994.749	10.162.484
(-) Juros sobre o capital **(i)**	(1.617.924)	-
Reserva legal **(ii)**	(8.663.778)	(3.048.745)
Reserva estatutária **(iii)**	-	(101.625)
FATES **(iv)**	(618.841)	(508.124)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	**3.094.206**	**6.503.990**

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R$ 1.586.272, líquido do IRRF, foi contabilizado como "Capital social". Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739 do BACEN, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício como "Outros dispêndios operacionais", e revertidos ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras do exercício na demonstração das mutações do patrimônio líquido. No exercício de 2018, não foi pago juros ao capital.

(ii) 70% para a reserva legal (30% em 2018): com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2019, foi aprovada a alteração do percentual da destinação para Reserva Legal para 70%;

(iii) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2019, foi aprovado por unanimidade a incorporação da Reserva Estatutária para a Reserva legal.

(iv) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado a prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução CMN do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em assistência aos cooperados para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 15 (i)).

Além das destinações estatutárias acima, o Estatuto Social e Lei 5.764/1971, prevê que os resultados das operações com não cooperados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específicas serão levados à conta do FATES e contabilizados separadamente, de forma a permitir cálculo para incidência de tributos. As perdas apuradas no exercício serão cobertas pela reserva legal e, se insuficientes, mediante rateio entre os associados, considerando as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral.

As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária, que deliberará: pelo rateio entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa; pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; pela manutenção na conta sobras / perdas acumuladas; ou pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no Estatuto Social.

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2019, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2018, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

17 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2019	2018
Honorários e cédulas de presença	(1.432.678)	(963.887)
Benefícios a empregados	(3.236.940)	(2.852.791)
Encargos Sociais	(3.747.340)	(2.575.577)
Proventos	(10.802.856)	(9.382.400)
Remuneração de estagiários	(24.402)	(23.877)
Participações nas sobras	(852.244)	(500.000)
	(20.096.460)	**(16.298.532)**

18 Dispêndios administrativos

Descrição	2019	2018
Água, energia e gás	(433.725)	(290.564)
Aluguéis	(1.684.941)	(1.295.376)
Comunicações	(1.236.161)	(1.089.038)
Manutenção e conservação de bens	(2.259.650)	(1.428.458)
Materiais	(217.011)	(202.184)
Processamento de dados	(1.884.025)	(1.247.164)
Promoções e relações públicas	(426.474)	(190.861)
Propaganda e publicidade	(429.002)	(302.349)
Seguros	(182.757)	(185.077)
Serviços do sistema financeiro	(2.062.755)	(1.572.550)
Serviços de terceiros	(1.226.846)	(949.811)
Serviços de vigilância e segurança	(1.744.814)	(1.546.643)
Serviços técnicos especializados	(1.362.137)	(454.668)
Transporte	(974.259)	(999.369)
Tributárias	(141.363)	(136.515)
Viagem no país	(409.938)	(246.422)
Depreciações e amortização	(885.922)	(705.962)
Outros dispêndios administrativos	(1.339.132)	(857.919)
	(18.900.912)	**(13.700.930)**

19 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2019	2018
Dispêndios de impostos e contribuições	(538.868)	(258.497)
Juros sobre capital próprio	(1.617.924)	-
Cancelamento de tarifas	(1.176.484)	(1.045.488)
Descontos concedidos	(437.911)	(139.503)
Outros dispêndios operacionais	(306.319)	(47.179)
	(4.077.506)	**(1.490.667)**

20 Outros ingressos operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7d)	3.334.491	1.643.152
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.458.298	889.754
Reversão de provisões de outros créditos	50.299	-
Recuperação de encargos e despesas	258.907	319.564
Rendas com cartão de crédito	3.949.070	2.191.885
Outros ingressos	1.008.590	284.256
	13.059.655	**5.328.611**

21 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações de coobrigações e riscos em garantias prestadas que montam R$ 15.446.149 e R$ 9.996.252 respectivamente, registrados em contas de compensação em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

22 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, e recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

24 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

	2019	2018
Natureza da operação	**Valor**	**Valor**
Operações de crédito	8.709.459	5.303.844
Depósitos	19.897.462	18.398.440
Honorários, cédulas de presença, salários e premiações	1.432.677	963.887

25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

O Sicoob São Paulo representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob São Paulo o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

b Os saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob São Paulo nos exercícios

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

26 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento dos riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Riscos de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress..

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Hugo Ferraz da Silveira
Diretor Presidente

Renato Huber
Vice Presidente

Carlos Alberto Cezário
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Aparecido Ferreira
Diretor Operacional

Michele Ap. Tavares Pinto
Contadora – CRC: 1SP260623/O-9

Kalil Anderson Carnevalli
Diretor de Negócios

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15° Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br

MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.